



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana		
Reunião: 31ª Ordinária	Sessão legislativa: 1ª	Legislatura: 20ª
Data: 22/9/25		
Horário de início: 13h44min	Horário de encerramento: 15h50min	
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Wanderley Porto, que registrou a presença das vereadoras Iza Lourença, Luiza Dulci e Janaina Cardoso e a presença remota do vereador Osvaldo Lopes, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

O presidente comunicou a inversão da pauta, passando-se ao seguinte item:

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 4.173/25 - pedido de informação à “Secretaria Municipal de Governo (SMGO)” e à “Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU)” para “obter informações acerca da Praça Raul Soares e demais intervenções artísticas, culturais ou de política urbana”. Autoria: Helton Junior.

Aprovado por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 4.174/25 - pedido de informação à “Secretaria Municipal de Governo (SMGO)”, à “Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU)” e à “Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB)”



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para “obter informações sobre o Parque Ecológico Renato Azeredo, localizado na Rua Antônio Peregrino Nascimento, 215 - Bairro Palmares”. A autoria: Helton Junior.

Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 4.190/25 - pedido de informação à “Prefeitura Municipal de Belo Horizonte”, à “Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura” e à “Administração Regional Noroeste” para “obter informações sobre a responsabilidade e previsão de reparos no muro divisório entre o bairro Pedreira Prado Lopes e o Conjunto IAPI”. A autoria: Dr. Bruno Pedralva.

Aprovado por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 4.191/25 - pedido de informação à “Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA” e à “Prefeitura Municipal de Belo Horizonte” para “obter informações sobre a previsão de manutenção do sistema de abastecimento de água na Rua Araribá”. A autoria: Dr. Bruno Pedralva.

Aprovado por unanimidade.

5) Requerimento de Comissão nº 4.192/25 - pedido de informação à “URBEL - Urbanização de Belo Horizonte S/A” e à “Prefeitura Municipal de Belo Horizonte” para “obter informação sobre desapropriações e risco de desmoronamento na pedreira da Rua Pedro Lessa, próximo à EMEI Pedro Lessa”. A autoria: Dr. Bruno Pedralva.

Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão nº 4.193/25 - realização da Visita Técnica para “verificar a possibilidade de construção de uma galeria para comportar as águas pluviais que descem pela via e que vêm causando danos a imóveis da região”, no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dia 9/10/25, às 10 horas, na Rua Francisco Cintra, nº 20, Bairro Vista Alegre.

Autoria: Neném da Farmácia.

Aprovado por unanimidade.

7) Requerimento de Comissão nº 4.194/25 - realização da Visita Técnica para “avaliar a existência de uma nascente e seu impacto na Rua Radialista Geraldo Augusto, nº 148, Bairro Céu Azul”, no dia 22/10/25, às 10 horas, no local mencionado. Autoria: Wagner Ferreira.

Aprovado por unanimidade.

8) Requerimento de Comissão nº 4.195/25 - realização da Visita Técnica para “averiguar as condições do local, tendo em vista o descarte irregular e constante de lixo em área considerada pública, o que demanda fiscalização urgente por parte do Poder Público”, no dia 30/10/25, às 10 horas, na Avenida Central, nº 1.341, Bairro Jardim Leblon. Autoria: Wagner Ferreira.

Aprovado por unanimidade.

9) Requerimento de Comissão nº 4.196/25 - realização da Visita Técnica para “avaliar a possibilidade de instalação de guardacorpo na escadaria da Rua Pau Ferro, nº 332, bairro Solimões”, no dia 29/10/25, às 10h30min, no local mencionado. Autoria: Loíde Gonçalves.

Aprovado por unanimidade.

10) Requerimento de Comissão nº 4.197/25 - realização da Visita Técnica para “analisar as condições da via e as demandas de recapeamento e drenagem na Rua Antônio Alves Ferreira, bairro Jardim Guanabara”, no dia 20/10/25, às 10h30min, no local mencionado, com ponto de encontro em frente ao nº 147. Autoria: Loíde Gonçalves.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado por unanimidade.

11) Requerimento de Comissão nº 4.198/25 - pedido de informação ao “prefeito Álvaro Damião” e à “Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica” para “obter informações e providências acerca da situação dos ambulantes do Parque Municipal Américo Renné Giannetti”. Autoria: Professora Marli.

Aprovado por unanimidade.

12) Requerimento de Comissão nº 4.199/25 - pedido de informação à “Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA” para “obter informações sobre a atual situação das árvores presentes nas calçadas ao entorno do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes - RCAT/PMMG, sendo elas: Rua Platina, Rua Diabase, Rua dos Pampas e Rua Dr. Gordiano”. Autoria: Sargento Jalyson.

Aprovado por unanimidade.

13) Requerimento de Comissão nº 4.200/25 - pedido de informação à “Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)” para “obter informações acerca do Programa de Miniflorestas Urbanas em Belo Horizonte”. Autoria: Helton Junior.

Aprovado por unanimidade.

14) Requerimento de Comissão nº 4.201/25 - pedido de informação a “Daniel Assis, Secretário Municipal Adjunto de Política Urbana e Subsecretário de Regulação Urbana,” para “obter informações sobre a Fiscalização e Normas para Comércio de Animais”. Autoria: Osvaldo Lopes.

Aprovado por unanimidade.

15) Requerimento de Comissão nº 4.202/25 - pedido de informação ao “Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais - CBMMG” para “obter informações



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sobre a Concessão de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) a estabelecimentos que mantêm animais vivos”. Autoria: Osvaldo Lopes.

Aprovado por unanimidade.

16) Requerimento de Comissão nº 4.207/25 - realização da Visita Técnica para “verificar as condições da Praça Marília de Dirceu”, no dia 1º/10/25, às 16 horas, com ponto de encontro na Rua Felipe dos Santos, nº 402, Bairro Lourdes. Autoria: Fernanda Pereira Altoé.

O presidente comunicou a alteração da data e do horário para o dia 9/10/25, às 11h30min.

Aprovado, por unanimidade, com a alteração informada.

17) Requerimento de Comissão nº 4.208/25 - realização da Visita Técnica para “analisar as condições da praça e a viabilidade de sua revitalização, considerando a necessidade de limpeza e instalação de lixeiras, a recuperação do piso e dos canteiros, poda de árvores, e melhoria da iluminação”, no dia 10/10/25, às 9h30min, com ponto de encontro na Avenida Carandaí, nº 617, Bairro Funcionários. Autoria: Uner Augusto.

Aprovado por unanimidade.

18) Requerimento de Comissão nº 4.209/25 - realização da Visita Técnica para “avaliar melhorias na rede de esgoto na Av. Dom Pedro II, próximo ao número 3038, esquina com a Rua Desembargador Continentino, no bairro Caiçara”, no dia 9/10/25, às 11 horas, na Rua Desembargador Continentino, nº 33, Bairro Caiçara. Autoria: Leonardo Ângelo.

Aprovado por unanimidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

19) Requerimento de Comissão nº 4.210/25 - alteração de data e horário da Visita Técnica para “fiscalizar e compreender junto aos órgãos do Executivo a atual situação da fauna, flora e da infraestrutura do Parque Linear do Vale do Arrudas”, aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 941/25, para o dia 10/10/25, às 10 horas. Autoria: Wagner Ferreira.

Aprovado por unanimidade.

20) Requerimento de Comissão nº 4.211/25 - realização da Visita Técnica para “identificar os problemas existentes em relação à situação do Campo da Paz”, no dia 7/10/25, às 9 horas, na Avenida Américo Vespúcio, nº 2.040, Bairro Nova Esperança. Autoria: Neném da Farmácia.

Aprovado por unanimidade.

21) Requerimento de Comissão nº 4.212/25 - alteração de data e horário da Visita Técnica para “verificar as condições do Jardim Zoológico de Belo Horizonte, bem como compreender quais as demandas e necessidades estruturais do equipamento”, aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 4.115/25, para o dia 25/9/25, às 14 horas. Autoria: Pedro Rousseff.

Aprovado por unanimidade.

EM PRIMEIRO TURNO: 22) Projeto de Lei nº 11/25 - “Dispõe sobre a proibição da presença de crianças em eventos: culturais, carnavalescos, artísticos ou paradas LGBTQIAPN+ e afins no município de Belo Horizonte/MG que apresentem exposição de nudez ou conteúdo inapropriado para menores de idade”. Autoria: Pablo Almeida, Sargento Jalyson, Uner Augusto e Vile Santos.

As vereadoras Luiza Dulci e Iza Lourença discutiram o projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Rejeitado o parecer do relator, vereador Wanderley Porto, em razão dos votos contrários das vereadoras Iza Lourença, Luiza Dulci e Janaina Cardoso.

Registre-se que o parecer foi rejeitado em razão da inviabilidade de aplicação do projeto de lei em Belo Horizonte, bem como pela invasão de competência legislativa da União. Além disso, as secretarias municipais de Política Urbana e de Assistência Social e Direitos Humanos apontaram a inconstitucionalidade do projeto de lei.

A vereadora Luiza Dulci foi designada como nova relatora.

23) Projeto de Lei nº 194/25 - “Dispõe sobre a destinação de espaços reservados e adaptados para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) em eventos culturais com público igual ou superior a 20 mil pessoas no âmbito do Município e dá outras providências”. Autoria: Juhlia Santos.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Iza Lourença, pela aprovação.

24) Projeto de Lei nº 338/25 - “Declara o valor ecológico, paisagístico e cultural da área conhecida como Mata da Baleia”. Autoria: Luiza Dulci, Cida Falabella, Dr. Bruno Pedralva, Edmar Branco, Iza Lourença, Juhlia Santos, Pedro Patrus, Pedro Rousseff e Wagner Ferreira.

A vereadora Luiza Dulci discutiu o projeto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Janaina Cardoso, pela aprovação.

25) Projeto de Lei nº 354/25 - “Dispõe sobre a proteção das Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias em espaços públicos e proibição de sua



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

remoção”. Autoria: Pedro Patrus, Cida Falabella, Dr. Bruno Pedralva, Iza Lourença, Juhlia Santos, Luiza Dulci, Pedro Rousseff e Wagner Ferreira.

A comissão perdeu prazo para emitir parecer por não ter sido designado relator.

EM SEGUNDO TURNO: 26) Projeto de Lei nº 400/25 - “Estabelece a largura das faixas edificáveis ao longo das faixas de domínio de rodovias no Município”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 18, de 15/7/25.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Wanderley Porto, pela aprovação da Emenda nº 1 e das subemendas nºs 1 e 2.

EM PRIMEIRO TURNO: 27) Projeto de Lei nº 403/25 - “Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - ou a outra instituição financeira, com garantia da União, e dá outras providências”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 12, de 11/7/25.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Wanderley Porto, pela aprovação.

28) Projeto de Lei nº 427/25 - “Institui o Programa Municipal de Prevenção, Controle e Tratamento da Esporotricose Felina”. Autoria: Osvaldo Lopes.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Janaina Cardoso, pela aprovação.

29) Projeto de Lei nº 431/25 - “Altera a Lei Municipal nº 9.505, de 2008, que dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no Município de Belo Horizonte, para aprimorar os mecanismos de fiscalização, ampliar a responsabilização pela perturbação de sossego e dá outras providências”. Autoria: Sargento Jalyson e Dra. Michelly Siqueira.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Registre-se que a apreciação do parecer foi transferida para a próxima reunião.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão do Documento Protocolo nº 6.728/25, que convida a “Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana para Audiências Públicas, aprovadas pelo Requerimento de Comissão nº 4071/2025, que se realizarão em 13/10/25, às 13 horas, no Plenário Camil Caram e em 14/10/25, às 13 horas, no Plenário Helvécio Arantes, para discutir os Projetos de Lei do Orçamento Anual (LOA) e do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG)”, de autoria do vereador Leonardo Ângelo.

O vereador Wanderley Porto transferiu a presidência para a vereadora Iza Lourença.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Finalidade: “debater a implantação do Novo Anel Rodoviário”

Requerimento de Comissão nº: 3.411/25

Autoria: Iza Lourença

Compuseram a mesa: 1) o representante da diretoria de Gestão do Anel Rodoviário, Júlio Fernandes; 2) o presidente do Fórum Permanente São Francisco, Euler Cruz; 3) o vice-presidente do Fórum Permanente São Francisco, Júlio Grillo; e 4) o diretor de Infraestrutura da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap, Daniel Garcia Toscano Barreto. Houve presenças remotas.

A presidenta informou o motivo da audiência pública. Destacou a importância da apresentação de propostas pelos ambientalistas presentes na reunião.

A vereadora Luiza Dulci disse que a municipalização do Anel Rodoviário



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Celso Mello Azevedo foi conquistada após esforços do atual prefeito, Álvaro Damião, e do prefeito anterior, Fuad Noman. Acrescentou que a medida também contou com investimentos federais, que garantirão as obras e intervenções na via pública. Enfatizou que Anel Rodoviário foi englobado pela área urbana de Belo Horizonte. Mencionou que, na semana passada, participou de uma audiência pública na Praça São Vicente, para tratar da revitalização da praça e da sua interligação com o Anel Rodoviário. Citou que a construção de uma alça viária de entroncamento na Praça São Vicente foi a obra mais votada do Orçamento Participativo - OP - de 2008. Expôs que participou de uma visita técnica com o vereador Pedro Patrus para tratar do cronograma da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - para a realização de obras no Anel Rodoviário, após o processo de municipalização. Questionou sobre o plano de obras da PBH. Perguntou sobre a previsão de obras e de adequações no Anel Rodoviário, como as intervenções em travessias de pedestres, em pontos de ônibus e na iluminação pública. Enfatizou que o trânsito de veículos e de pessoas deve ser o mais seguro possível.

Júlio Grillo exibiu eslaides sobre a construção do novo Rodoanel de Belo Horizonte e sobre as possibilidades de reestruturação do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo. Disse que o atual Anel Rodoviário não cumpre a sua finalidade de forma satisfatória, em razão de acidentes, engarrafamentos e gargalos estruturais. Afirmou que o poder público estadual decidiu pela construção de outra rodovia, o Rodoanel de Belo Horizonte, como forma de solucionar os problemas do atual Anel Rodoviário. Destacou que o projeto do Rodoanel de Belo Horizonte recebeu críticas e bastante resistência por variados setores da sociedade civil. Registrou que o Fórum Permanente São Francisco defende que sejam realizadas melhorias para



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

solucionar o tráfego no atual Anel Rodoviário, concebidas de acordo com os princípios de sustentabilidade. Informou que o Fórum Permanente São Francisco apresentou a proposta de duplicação vertical do Anel Rodoviário, que consiste na construção de um elevado destinado exclusivamente a carros, provido de acessos, com duas pistas em cada direção e com faixas segregadas para o transporte público. Acrescentou que as três pistas centrais atuais, no solo, seriam para circulação exclusiva de caminhões, aumentando a fluidez do tráfego e reduzindo o número de acidentes e de vítimas. Citou que o Anel Rodoviário tem a extensão total de 27 km. Expôs como exemplo o Elevado do Joá, no Rio de Janeiro, e o elevado rodoviário em Chennai, na Índia. Acrescentou que o projeto deverá prever postos de abastecimento para todos os tipos de energia, como a elétrica e o hidrogênio. Enfatizou que a duplicação vertical do Anel Rodoviário trará vantagens como: 1) a redução do impacto socioambiental; 2) a redução de conflitos entre os usuários; 3) terá um custo inferior em relação à construção do Rodoanel de Belo Horizonte; 4) proporcionará maior quantidade de pistas em relação ao projeto do Rodoanel de Belo Horizonte; e 5) a melhoria da integração do transporte público da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Destacou que a duplicação vertical do Anel Rodoviário pode ser realizada com o auxílio de fábricas de vigas e colunas pré-moldadas. Reafirmou que a melhor solução para os problemas de tráfego no entorno da RMBH, considerando a relação de custo e benefício, é a reestruturação do atual Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo.

A presidenta registrou a presença do vereador Dr. Bruno Pedralva, que não integra a comissão.

A presidenta convidou para compor a mesa: 5) o gerente de voz e imagem do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte - COP/BH, Marcelo Martins Santos.

Euler Cruz informou que o Fórum Permanente São Francisco é composto por profissionais que já participaram de diversos projetos de transporte ao redor do mundo. Exibiu eslaides sobre a reformas que, apesar de previstas, não foram realizadas no Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo. Mencionou que o Anel Rodoviário foi construído pelo extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, na década de 1960, com o objetivo de desviar os veículos de carga do centro de Belo Horizonte. Enfatizou que o governador do Estado de Minas Gerais desconsiderou a possibilidade de realizar melhorias e reformas nas estruturas viárias já existentes, tendo optado por investir os recursos públicos na construção de novos empreendimentos, como o Rodoanel de Belo Horizonte. Reforçou que, apesar dos esforços, o Fórum Permanente São Francisco não obteve respostas do Poder Executivo estadual às tentativas de contato.

Júlio Fernandes informou que o Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo começa na MGC-356, se estende por mais de 27 km e termina no ponto de encontro com a BR-381 e com a BR-262. Complementou que o trecho municipalizado se estende do Bairro Olhos d'Água até o Bairro Nazaré, na intercessão com a Avenida Cristiano Machado. Disse que a Diretoria de Gestão do Anel Rodoviário - DGAR - tem feito o levantamento dos problemas do Anel Rodoviário, como o gargalo na fluidez do trânsito, a ocorrência de acidentes e o despejo de lixo e demais resíduos nas laterais da rodovia. Mencionou a atuação da Subsecretaria de Zeladoria Urbana - Suzurb, da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans - e da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte - GCMBH - no Anel Rodoviário. Reafirmou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que as propostas de intervenções no Anel Rodoviário buscarão o aumento da capacidade de fluidez do trânsito e melhorias nas principais intercessões com outras vias de grande porte. Citou as propostas de ações para garantir a fluidez do trânsito no Anel Rodoviário, como o fornecimento de serviço de guincho para veículos acidentados, a retirada de carga derramada na pista e a instalação de painéis informativos para os motoristas. Registrou que foram identificados pontos de ônibus em locais inadequados, colocando em risco a segurança de pedestres e usuários do transporte público.

A presidenta perguntou se a PBH já recebeu alguma proposta de intervenção para o Anel Rodoviário.

Júlio Fernandes respondeu que algumas propostas foram recebidas. Afirmou que foram disponibilizados documentos do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes - Dnit - e do Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais - DER-MG. Complementou que nunca houve um estudo completo e que a PBH não teve acesso a nenhum projeto executivo de obras.

A vereadora Luiza Dulci perguntou se os projetos são elaborados pela própria PBH ou por outros órgãos ou entes públicos.

Júlio Fernandes informou que há projetos elaborados pelo Dnit e pelo governo do Estado. Acrescentou que os projetos disponíveis precisam ser atualizados. Complementou que alguns projetos foram parcialmente executados.

A vereadora Luiza Dulci perguntou sobre o processo de mapeamento e integração das comunidades que estão situadas no entorno do Anel Rodoviário.

Júlio Fernandes informou que foi feita a solicitação do inventário das áreas pertencentes ao Dnit. Acrescentou que o órgão federal realizou uma pesquisa



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cartorial e apresentou uma lista de matrículas de imóveis, para a identificação da titularidade desses imóveis e constatação de quais estão ocupados e quais são terrenos particulares invadidos. Disse que a PBH precisa traçar a estratégia de como a margem da rodovia será abordada nas intervenções do Anel Rodoviário.

O vereador Dr. Bruno Pedralva perguntou sobre o andamento dos projetos anunciados pelo prefeito anterior, Fuad Noman, como a duplicação de viadutos, com a utilização de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Júlio Fernandes respondeu que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap - identificou 20 pontos críticos no Anel Rodoviário e, dentre eles, elencou oito referentes às intercessões com grandes vias. Complementou que a Sudecap propôs a ampliação dos viadutos e das pontes, para aumentar a capacidade viária. Reforçou que as intervenções ainda se tratam de uma proposta, sem um projeto definido. Afirmou que há projetos de alargamento da via em locais em que existem ocupações.

A vereadora Luiza Dulci perguntou se há um cronograma por parte da PBH.

Júlio Fernandes respondeu que não. Informou que, após a conclusão dos estudos, o secretário municipal de Mobilidade Urbana deverá anunciar as medidas que serão realizadas no Anel Rodoviário.

A vereadora Luiza Dulci anunciou que o governo federal destinou cerca de R\$120 milhões para intervenções no Anel Rodoviário. Perguntou quais seriam as obras a serem executadas pela PBH com a utilização dos recursos federais.

Júlio Fernandes disse que não tem ciência. Afirmou que a Sudecap tem cronogramas e planilhas elaboradas em 2023, mas que a documentação está desatualizada.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Dr. Bruno Pedralva afirmou a municipalização do Anel Rodoviário foi uma conquista para Belo Horizonte. Enfatizou que a proposta do governador Romeu Zema de construção do Rodoanel é ambientalmente insustentável e não conseguirá reduzir o tráfego de carretas em Belo Horizonte. Sugeriu a destinação dos R\$5 bilhões do projeto do Rodoanel de Belo Horizonte para melhorias do atual Anel Rodoviário. Mencionou a morte da médica Maggy Lopes da Costa, ocorrida em 19/9/25, após sofrer uma parada cardiorrespiratória enquanto trabalhava em um posto de saúde. Apontou que a profissional foi vítima de violência política e perseguição. Citou que o prefeito Álvaro Damião tomou medidas que prejudicam a segurança dentro dos postos de saúde, como a retirada da GCMBH e a demissão de funcionários administrativos.

Daniel Garcia Toscano Barreto informou que a Sudecap está atuando na licitação de uma obra na Via Expressa, em projetos doados pela Arena MRV. Acrescentou que estão em andamento a execução de três passarelas para pedestres. Complementou que estão sendo estudadas intervenções para duplicação dos viadutos e para readequação do planejamento urbano. Afirmou que a Sudecap está empenhada em tratar com prioridade as questões ambientais, sociais e de segurança do trânsito no Anel Rodoviário.

O vereador Dr. Bruno Pedralva perguntou sobre o projeto de intervenção do cruzamento do Anel Rodoviário com a Via Expressa.

Daniel Garcia Toscano Barreto respondeu que o projeto se trata de uma contrapartida da Arena MRV. Informou que a PBH deixou de receber recursos da Arena MRV em razão de um projeto de lei que a isentou de tal obrigação. Complementou que a Arena MRV deixou de pagar R\$45 milhões à PBH por uma



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

obra específica, a título de recursos compensatórios.

O vereador Dr. Bruno Pedralva destacou que votou contra a isenção da contrapartida por parte da Arena MRV.

Júlio Grillo registrou que, como a PBH não tem projetos prontos para as intervenções no Anel Rodoviário, ela poderá elaborar um novo projeto considerando as demandas e as necessidades futuras.

Euler Cruz informou que a proposta do Rodoanel de Belo Horizonte contempla 100 km de percurso, com a presença pedágios, sendo que o Anel Rodoviário tem 27 km de extensão, sem nenhum pedágio. Afirmou que haverá uma tendência dos motoristas de optarem pelo Anel Rodoviário, mantendo o alto tráfego de veículos na rodovia. Exibiu eslaides sobre o histórico do processo de municipalização do Anel Rodoviário. Expôs dados sobre a capacidade de circulação de veículos e sobre as demandas do Anel Rodoviário. Falou sobre as obras e sobre os projetos que, apesar de previstos, não foram executados no Anel Rodoviário. Afirmou que os projetos apresentados pelo DER-MG, como um anteprojeto de 2016, são bastante detalhados, com informações suficientes para a realização de orçamentos e com topografia detalhada, incluindo iluminação e drenagem. Reafirmou que a reestruturação do Anel Rodoviário, além de ter menor custo em relação à construção do Rodoanel, é mais sustentável e otimiza a mobilidade urbana em Belo Horizonte.

Júlio Grillo afirmou que o Fórum Permanente São Francisco está à disposição para contribuir, de forma gratuita, com a PBH nos projetos para o Anel Rodoviário.

Júlio Fernandes disse que todas as contribuições à PBH são bem-vindas.

A vereadora Luiza Dulci afirmou que a situação atual é preocupante.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Enfatizou que são antigas, no âmbito da sociedade civil, as discussões para a reestruturação do Anel Rodoviário e para a execução de melhorias do fluxo e da segurança dos passageiros. Citou alguns problemas atuais do Anel Rodoviário, como a necessidade de capina e de limpeza da via, de recapeamento do asfalto e de troca das placas de sinalização.

Júlio Fernandes informou que a DGAR está vinculada à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - SMMUR.

A vereadora Luiza Dulci enfatizou que DGAR deve trabalhar de forma intersetorial para lidar com os problemas já existentes na rodovia. Destacou que a PBH desconhece a destinação de verbas federais para serem investidas no processo de municipalização do Anel Rodoviário. Citou que, dos R\$120 milhões disponibilizados pela União, R\$60 milhões foram dedicados para a renovação do asfalto e da sinalização e R\$60 milhões para a construção e melhoria de dois viadutos. Registrou que deverá haver diálogo com as comunidades para o processo de reassentamento das famílias. Reforçou que os parlamentares deverão acompanhar esse processo com proximidade e atenção.

Daniel Garcia Toscano Barreto informou sobre a existência de um grupo multidisciplinar que busca a captação de recursos para a execução de melhorias no Anel Rodoviário. Enfatizou que o Dnit deixou para a PBH um grande passivo em relação ao Anel Rodoviário. Reafirmou que a Sudecap está à disposição para apresentar as ações do grupo intersetorial, composto por integrantes da Sudecap, da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - Sumob e de outras áreas da PBH.

A presidenta enfatizou que a quantidade de veículos nas vias públicas só



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

diminuirá se houver melhorias nas condições do transporte público da capital.

A presidenta convidou para compor a mesa: 6) o representante da Gerência de Manutenção e Conservação do Anel Rodoviário - GMCAR, Hugo Melo.

Hugo Melo informou que a Suzurb criou a GMCAR, responsável pela zeladoria do Anel Rodoviário. Destacou a deficiência de manutenção que existia por parte do Dnit e as intervenções iniciais que estão sendo realizadas pela PBH. Mencionou que a realização de um treinamento das equipes para a adaptação dos funcionários às características específicas do Anel Rodoviário.

A presidenta perguntou para Júlio Fernandes sobre o cronograma da PBH relativamente aos estudos das propostas para o Anel Rodoviário.

Júlio Fernandes disse que, após a finalização dos estudos, as propostas serão apresentadas ao secretário municipal.

A presidenta perguntou se existe um prazo para a conclusão dos estudos.

Júlio Fernandes afirmou que a prioridade é a operação do Anel Rodoviário, que envolve os serviços de: 1) inspeção de via; 2) remoção e guincho de veículos e carga derramada; 3) instalação e recuperação de sinalização; 4) monitoramento por vídeo em toda a extensão do Anel Rodoviário; 5) fiscalização eletrônica das faixas, com radares nas pistas central e marginal.

A presidenta perguntou sobre os projetos de duplicação dos viadutos.

Júlio Fernandes respondeu que o projeto para a duplicação dos viadutos ainda não está em andamento.

A presidenta perguntou sobre a possibilidade de reaproveitamento do anteprojeto de 2016.

Júlio Fernandes afirmou que a avaliação dos projetos antigos está sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

realizada pelo grupo intersetorial mencionado por Daniel Garcia Toscano Barreto.

A presidenta perguntou se o anteprojeto de 2016 já considera a duplicação vertical para o Anel Rodoviário.

Às 15h43min, a presidenta prorrogou a reunião por 15 minutos.

Júlio Fernandes respondeu que não. Informou que o anteprojeto de 2016 é voltado para a rodovia, sem tratar das ocupações no entorno da via e das questões relativas aos pedestres, ao transporte público e à iluminação pública. Reforçou que os projetos viários buscam diminuir os pontos de retenção de veículos, utilizando o mínimo possível de semáforos. Complementou que tais projetos ocupam áreas maiores e, para a execução das obras, necessitam da desafetação de espaços que, muitas vezes, já estão ocupados na malha urbana.

Euler Cruz mencionou os impactos das mudanças climáticas e do aquecimento global. Acrescentou que essas novas condições do clima e da natureza devem ser consideradas para o planejamento das obras a serem executadas no Anel Rodoviário.

Júlio Grillo reafirmou que a PBH tem a oportunidade de avaliar quais são os pontos emergenciais e qual o cenário urbano futuro da capital mineira. Reforçou a importância da participação da sociedade civil de Belo Horizonte nas discussões relativas ao Anel Rodoviário. Enfatizou a necessidade de construção de um segundo andar no Anel Rodoviário, por meio da verticalização vertical, bem como do planejamento dos pontos de integração com grandes vias e avenidas.

A presidenta agradeceu a presença dos convidados para o debate sobre o Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo. Reforçou ter esperanças de que a PBH avance na promoção de uma mobilidade digna para todos os cidadãos.

